

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES: O CASO DO AMAZONAS¹

Juliana de Azevedo Pereira², Mara Rúbia Sant'Anna³.

¹ Vinculado ao projeto “Escolas de Artes e Ofícios no Brasil: história, propostas formativas e continuidades na formação do Bacharelado em Design de Moda”

² Acadêmica do Curso de Moda – CEART – Bolsista PROBIC

³ Orientadora, Departamento de Moda – DMO – sant.anna.udesc@gmail.com

O estudo consistiu na discussão acerca da criação e condição de funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), estabelecidas a partir do decreto nº 7.566/1909, do governo de Nilo Peçanha. A discussão direcionou a atenção à EAA do Amazonas, entre o período de 1910-1926, enfatizando impasses relativos à densa carga horária imposta aos aprendizes da oficina de alfaiataria, bem como as condições sanitárias, geográficas e estruturais da escola, levando à evasão escolar. Para isso, realizou-se pesquisas em artigos, dissertações, teses, anúncios de jornais relativos ao ofício de alfaiataria na capital amazonense, relatórios ministeriais e decretos relacionados às EAA, aliados a uma entrevista com Ana Cláudia Ribeiro de Souza, doutora em história social pela PUC-SP, autora da dissertação Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas: os caminhos de sua implantação e consolidação (1909-1942), defendida no ano de 2002.

Instaurada pelo decreto federal nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) foram criadas com o intuito de fornecer um ensino profissional primário e gratuito para “os filhos dos desfavorecidos de fortuna” (BRASIL, 1909). Segundo vários estudiosos do tema, a preocupação do governo com a instauração do ensino profissionalizante no Brasil era formar uma classe trabalhadora que fosse ordeira, pacata e diferente da classe operária da Europa não afeita a revoluções e ideias comunistas (SILVA, 2016; D'ANGELO, 2000). Logo, o Decreto nº 7.566/1909 formalizou uma estratégia educacional com fins de obter o controle social do país.

Diante a esses interesses, foi objetivo criar uma EAA em cada capital de estados brasileiros, em edifícios pertencentes à União. No entanto, o Rio Grande do Sul não foi contemplado, por já possuir em sua capital uma instituição de natureza semelhante (SILVA, 2016) e algumas outras capitais por motivos similares ou bem diversos.

Dentre as capitais brasileiras onde as EAA foram instauradas, a Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas (EAA-AM), foi criada próxima ao período de desaceleração da economia da borracha e sofreu severamente com as condições sanitárias inadequadas, espaço incompatível às atividades educativas, a falta de materiais apropriados para o ensino de ofícios e com a baixa frequência escolar dos aprendizes. Sendo a penúltima escola a ser instalada no país após o decreto de Nilo Peçanha, a inauguração da EAA-AM ocorreu no dia 1º de outubro de 1910, com as matrículas efetuadas no mesmo ano, para o início do período escolar em 1911 (ANDRADE, 2015).

Inicialmente situada na “Chácara Afonso de Carvalho”, a localização da EAA-AM demonstrou ser inadequada, visto que a área escolhida era longe do centro urbano da cidade e de difícil acesso aos aprendizes que necessitavam de transportes coletivos para chegarem até a escola. Como mais um dos problemas relatados pelo diretor Generino G. Maciel no relatório de

1914, a escola estava situada em um dos principais focos de malária da cidade, colocando em risco a saúde de aprendizes e profissionais (ANDRADE, 2015).

Com a crise da borracha e os problemas internos da EAA-AM, na oficina de alfaiataria, houve a redução das matrículas em diversos anos, como apresentado nos “Relatórios do Ministro da Agricultura”. Em 1913, houve a matrícula total de 12 aprendizes (6 do 1º ano, 1 do 2º, 5 do 3º e 0 do 4º ano), com a frequência de 7,3. Em 1916, a mesma oficina teve 10 matriculados (8 no 1º ano, 1 no 2º e 3º ano e 0 no 4º ano), porém a frequência média foi de apenas 5 aprendizes.

Como consequência das dificuldades enfrentadas pelos aprendizes nas EAA, a cada ano aumentava ainda mais o número de evasão escolar. Além dos problemas referentes às condições sanitárias da instituição, a EAA não possuía a estrutura de internato, com todas as despesas pagas a seus estudantes. Portanto, a maioria dos jovens, provindos de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, não podiam se manter apenas estudando. As idas e vindas diárias eram motivos de despesas, assim como a alimentação necessária para uma jornada de 8 horas de estudos. Soma-se o fato de o estudante não receber qualquer ajuda como bolsas de estudo ou estágios remunerados. Igualmente, o jovem que se dedicava aos estudos impedia a própria família de ser beneficiada com o seu trabalho ou salário e gerava ainda mais despesas para ela.

Sem as condições próprias para permanecerem nas oficinas era comum o abandono das aulas. Quando não as abandonavam, tornava-se habitual a reprovação desses alunos pela baixa frequência escolar ou pelo mau desempenho nas avaliações (CINTRA, 2004). Visto que as frustrações eram imensas, as possibilidades de superá-las não provinham da instituição escolar que as provocavam e, logo, a situação apenas reforçava o estigma de incompetência, preguiça ou algo semelhante ao público-alvo das EAA. Assim, as razões da não conclusão ou procura do curso profissionalizante recaía apenas sobre o próprio estudante.

Soma-se as dificuldades encontradas na infraestrutura e condições sociais, a própria estrutura curricular. As matérias eram repetitivas, maçantes e não havia intervalo para alimentação, descanso ou recreação livre pela manhã. A ênfase encontrava-se na repetição e memorização. Apesar de o ensino ser intitulado como “profissionalizante”, em um dia de aula, apenas pequena porcentagem da carga horária era destinada ao desenvolvimento de habilidades como o desenho e a aprendizagem do ofício escolhido, totalizando 150 minutos semanais no 1º e 2º ano e 240 minutos nos dois últimos anos de formação.

Diante de intensa carga horária, Souza (2002) relata que em seis anos de existência da EAA-AM, apenas dois alunos concluíram os cursos: Arnaldo Carpanetti, curso especial de desenho e Ildefonso Olindo dos Santos, de alfaiataria, aluno da primeira turma da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas.

Como desde o começo, pelas questões arroladas acima, cada pessoa empenhada em ter um ofício pesava detidamente os encargos de adquirir o aprendizado necessário por meio à frequência numa EAA ou buscá-lo no exercício profissional, iniciando sua trajetória pelos postos mais simples nas oficinas da sua região. Por isso, para os aprendizes de alfaiate, as alfaiatarias independentes mantiveram-se boas opções para o aprendizado do ofício e crescimento profissional a despeito das instituições de ensino que ofereciam a formação necessária.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Artífices; Amazonas; evasão escolar.